

## **DIREITO PENAL E CRIMES CIBERNÉTICOS**

### **INFORMAÇÕES GERAIS**

#### **APRESENTAÇÃO**

O curso de pós-graduação EAD em Direito Penal E Crimes Cibernéticos foi idealizado, objetivando atender a uma enorme demanda existente na área de Segurança da Tecnologia, em tempos de mudanças científicas, econômicas e sociais, pelas quais passa o Brasil.

Por conta disso, o curso de Direito Penal E Crimes Cibernéticos se destina à formação de profissionais capacitados para atuar fomentando projetos/programas de prevenção aos crimes cibernéticos, em órgãos públicos e instituições privadas. É voltado para a formação de profissionais das Forças Policiais, tais como: Policiais Militares, Policiais Civis, Policiais Rodoviários, Guardas Municipais, membros dos ministérios e das secretarias de segurança, dentre outros.

Portanto, o curso visa proporcionar ao participante a capacitação profissional necessária para atuação em consultorias e assessorias imobiliárias especializadas, nas áreas cível, administrativa e penal, em processos administrativos e judiciais, habilitando-o também a ministrar aulas e palestras em empresas, organizações e cursos superiores.

Nesse sentido, exige-se a qualificação dos profissionais à segurança pública e perícia criminal, deve sustentar-se em novos fundamentos e constituir-se fator de liderança do processo de desenvolvimento humano e de formação para a cidadania.

#### **OBJETIVO**

Promover a capacitação de bacharéis em Direito e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas à Direito Penal E Crimes Cibernéticos, objetivando o desenvolvimento da Ciência Jurídica e da interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área do Direito Penal E Crimes Cibernéticos.

#### **METODOLOGIA**

Concebe o curso de Especialização em Direito Penal E Crimes Cibernéticos, numa perspectiva de Educação a Distância – EAD, visando contribuir para a qualificação de profissionais que atuam ou pretendem atuar na área, numa abordagem sócio-histórica que se fundamenta em uma perspectiva mais ampla da sociedade e sua relação com o trabalho.

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>4949</b>	<b>Arbitragem e Mediação de Conflitos</b>	<b>60</b>

#### **APRESENTAÇÃO**

Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos. Cultura do litígio. Cultura da paz. Métodos Heterocompositivos. Negociação. Conciliação. Arbitragem. Princípios da Mediação. O papel do Mediador e do conciliador. O papel do advogado na sessão de mediação/conciliação. Técnicas para a mediação, a negociação e a arbitragem. Diferenças e semelhanças entre mediação e conciliação. Teoria Geral da Arbitragem. Processo de Mediação. Mediação familiar. Arbitragem no Brasil.

## **OBJETIVO GERAL**

No mundo empresarial o conflito faz parte de qualquer cultura organizacional, sendo uma das maiores preocupações dos gestores as suas mediações, seja internamente, ou seja externamente, com fornecedores ou sindicatos. O objetivo desse curso é que o egresso tenha capacidade de mediar conflitos onde ele será um facilitador de um diálogo entre as partes e poderá arbitrar um conflito onde irá apresentar a solução.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Estudar e aplicar os conceitos de conflitos no âmbito jurídico e organizacional.
- Analisar os preceitos básicos acerca da jurisdição, arbitragem e negociação, conciliação e mediação.
- Compreender a importância do mediador na resolução de conflitos e aplicar os princípios básicos no seu exercício.
- Compreender a importância da arbitragem e suas aplicações.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **UNIDADE I – CONFLITOS JUDICIAIS, UMA VISÃO ATUAL**

DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS CONFLITOS JUDICIAIS

FUNCIONAMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

RELAÇÃO ENTRE CRISE DO JUDICIÁRIO E A IMPLEMENTAÇÃO DO NCPC

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA TEORIA DOS JOGOS

### **UNIDADE II – FUNDAMENTOS DA ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

ASPECTOS GERAIS ACERCA DA JURISDIÇÃO

OS PRINCIPAIS ASPECTOS SOBRE A ARBITRAGEM E A NEGOCIAÇÃO

CONCILIAÇÃO: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

ASPECTOS GERAIS SOBRE A MEDIAÇÃO

### **UNIDADE III – MEDIAÇÃO EM CONFLITOS**

DEFINIÇÕES E DETALHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO

O PAPEL DO MEDIADOR E DO ADVOGADO NA MEDIAÇÃO

PROCEDIMENTOS E REGRAS DA SESSÃO DE MEDIAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO FAMILIAR

### **UNIDADE IV – ARBITRAGEM**

HISTÓRICO GERAL DA ARBITRAGEM

IMPORTÂNCIA E O EXERCÍCIO DO PAPEL DO ÁRBITRO

SESSÃO DE ARBITRAGEM: IMPACTOS E PROCEDIMENTOS

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA TEORIA GERAL DA ARBITRAGEM

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

AZEVEDO, A. G. (Org.). **Manual de mediação judicial**, 2009. (Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

GABBAY, D. M.; FALECK, D.; TARTUCE, F. **Meios alternativos de solução de conflitos**. Rio de Janeiro. FGV.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MORAIS, J. L; MARION SPENLGER, F. **Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

## PERIÓDICOS

PELUSO, A. C. (Org.). **Conciliação e mediação: estruturação da política judiciária nacional**. São Paulo: Atlas, 2011

4980	Escrita Fiscal e Legislação Tributária	60
------	--	----

## APRESENTAÇÃO

Princípios tributários. Organização tributária no Brasil. Regimes de tributação optativos das empresas. CTN - Código Tributário Nacional. Impostos municipais. Impostos estaduais. Impostos federais. NF-e (nota fiscal eletrônica). CT-e (conhecimento de transporte eletrônico). Apuração e contabilização do ICMS. Escrituração de livros contábeis e fiscais. Obrigações tributárias. Política fiscal. Processo administrativo fiscal. Parcelamento de débitos tributários.

## OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar estudantes e profissionais de diversas áreas como contabilidade, administração e direito, a aplicar técnicas e procedimentos para a escrituração contábil e fiscal de tributos nas diversas operações mercantis.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aplicar os princípios, organização e regimes tributários.
- Conhecer a classificação do regime tributário brasileiro e identificar os principais impostos.
- Compreender o regime tributário, interpretar lucro real e lucro presumido.
- Identificar os principais impostos municipais, estaduais e federais, suas particularidades e formas de cálculo.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I – PRINCÍPIOS, ORGANIZAÇÃO E REGIMES TRIBUTÁRIOS

INTRODUÇÃO À ESCRITA FISCAL E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

ORGANIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NO BRASIL

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO OPTATIVOS DAS EMPRESAS

### UNIDADE II – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

CTN – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

IMPOSTOS MUNICIPAIS

IMPOSTOS ESTADUAIS  
IMPOSTOS FEDERAIS

### **UNIDADE III – EMISSÃO E ESCRITURAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS**

NF-E (NOTA FISCAL ELETRÔNICA)  
CT-E (CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO)  
APURAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO DO ICMS  
ESCRITURAÇÃO DE LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS

### **UNIDADE IV – POLÍTICA FISCAL E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS  
POLÍTICA FISCAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

### **REFERÊNCIA BÁSICA**

COELHO, S. C. N. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 10ª Edição, Forense, 2009

MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2008

### **REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

MOREIRA, J. B. **Contribuição de melhoria**: tratado de Direito Tributário, vol. VIII. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

### **PERIÓDICOS**

SCHOUERI, L. E. **Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva. 2015.

4839	Introdução à Ead	60
------	------------------	----

### **APRESENTAÇÃO**

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

### **OBJETIVO GERAL**

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL

PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD  
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM  
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

### UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM

A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS  
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS  
ANÁLISE DE TEXTOS  
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

### UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM

O RACIOCÍNIO DEDUTIVO  
O RACIOCÍNIO INDUTIVO  
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO  
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

### UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD

INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS  
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?  
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?  
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

### REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

### PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

4970

Direito da Propriedade Intelectual

60

### APRESENTAÇÃO

Conceitos e fundamentos sobre a propriedade privada de bens imateriais. Conceito de autoria e o direito autoral. Propriedade industrial versus direito autoral. A exclusividade em normas institucionalizadas. Tratados internacionais: OMPI e TRIPs (OMC). Conceito de patente. Conceito de marca. Conceito de desenhos industriais. Repressão e penalidades à concorrência desleal. Licenças compulsórias. Contrafação de marcas. Jurisprudências importantes sobre disputas no campo do direito de propriedade intelectual. Processos de registro de marcas e patentes no Brasil. Processos de registro de marcas e patentes internacionais. Lei de Inovação. Lei de Cultivares.

## **OBJETIVO GERAL**

O conhecimento abordado neste componente curricular serve para advogados, juristas, engenheiros e demais profissionais que lidam com a invenção de artefatos e criação de marcas, proporcionando uma visão bastante ampla do direito da propriedade intelectual, uma expertise cada vez mais requisitada em um mundo globalizado, onde a inovação e a disrupção são as palavras de ordem na nova economia.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Capacitar para discernir sobre os conceitos fundamentais da propriedade privada dos bens imateriais.
- Diferenciar propriedade industrial do direito autoral.
- Compreender os conceitos e ritos processuais para registro de marcas, patentes e desenhos industriais no Brasil e no mundo.
- Conhecer as ações administrativas e judiciais envolvendo marcas e patentes.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

A PROPRIEDADE PRIVADA E OS BENS IMATERIAIS

AUTORIA E O DIREITO AUTORAL

PROPRIEDADE INDUSTRIAL VERSUS DIREITO AUTORAL

A EXCLUSIVIDADE EM NORMAS INSTITUCIONALIZADAS

### **UNIDADE II – REGISTRO DE MARCAS, PATENTES E DESENHOS INDUSTRIAIS NO BRASIL E NO MUNDO**

TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE MARCAS E PATENTES

CONCEITO DE PATENTE

CONCEITO DE MARCA

CONCEITO DE DESENHOS INDUSTRIAIS

### **UNIDADE III – AÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS ENVOLVENDO MARCAS E PATENTES**

CONCORRÊNCIA DESLEAL: REPRESSÃO E PENALIDADES

LICENÇAS COMPULSÓRIAS

CONTRATAÇÃO DE MARCAS DE TERCEIROS

DISPUTAS E BATALHAS HISTÓRICAS NO CAMPO DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

## UNIDADE IV – O CENÁRIO BRASILEIRO QUANTO AO PROCESSO DE MARCAS E PATENTES E INOVAÇÃO

REGISTRO DE MARCAS E PATENTES NO BRASIL

REGISTRO DE MARCAS E PATENTES INTERNACIONAIS

LEI DE INOVAÇÃO

LEI DE CULTIVARES

### REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei federal 13.105 de 16 de março de 2015. Institui o Novo Código de Processo Civil** . Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2015.

BRASIL. **Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro.

### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARBOSA. Cláudio R. **Propriedade Intelectual: Introdução à propriedade Intelectual como Informação**. Rio de Janeiro. Elsevier Editora Ltda. 2009.

VERDE, Lucas Henrique Lima e MIRANDA, João Irineu de Resende. **O futuro da propriedade intelectual no Brasil**. Porto Alegre. Editora Fi. 2019.

### PERIÓDICOS

WACHOWICZ, Marcos. **Estudos de Direito da Propriedade Intelectual**. Curitiba. Gedai Publicações. 2015.

4967	Direito Digital	60
------	-----------------	----

### APRESENTAÇÃO

Sociedade da informação. Globalização. Ciberespaço. Domínio Público Internacional. Domínio do ciberespaço. Deep Web. Camadas da Internet. Cibercrimes. Espécies de cibercrime. Ciberterrorismo. Ciberespionagem. Administração e controle do ciberespaço. Modalidades. Militarização e desmilitarização. Copyright. Direito digital no Brasil. Lei dos crimes informáticos. Marco civil da Internet. Código de Processo

Civil de 2015. Lei Geral de Proteção de dados.

## **OBJETIVO GERAL**

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional de direito e áreas afins a aplicar os conceitos, princípios e legislação às diversas situações em que uma pessoa física ou jurídica possa se encontrar acerca do mundo digital.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Conhecer o mundo digital e a sociedade da informação em que estamos inseridos.
- Analisar as características do ciberespaço e as possíveis formas de controle.
- Assimilar o universo Deep Web e suas camadas.
- Entender cibercrimes e ciberterrorismo, suas formas e legislações vigentes.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **UNIDADE I – CONHECENDO O MUNDO DIGITAL**

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO  
O CIBERESPAÇO  
O DOMÍNIO DO CIBERESPAÇO  
A DEEP WEB

### **UNIDADE II – CRIMES CIBERNÉTICOS**

CIBERCRIME: O GÊNERO  
ESPÉCIES DO CYBERCRIME  
CIBERTERRORISMO  
CIBERESPIONAGEM

### **UNIDADE III – COPYRIGHT E O CONTROLE DO MUNDO DIGITAL**

DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DO CIBERESPAÇO  
MODALIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DO CIBERESPAÇO  
MILITARIZAÇÃO E DESMILITARIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO  
COPYRIGHT NO MUNDO DIGITAL

### **UNIDADE IV – LEGISLAÇÃO E MARCOS LEGAIS DO MUNDO DIGITAL**

LEI DOS CRIMES INFORMÁTICOS  
MARCO CIVIL DA INTERNET  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015  
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

BARLOW, J. P. **Declaração de Independência do Ciberespaço.** 1996. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm>.

BARONE, V. **Group claiming to represent Tehran hacks obscure federal website.** 2020. New York Post. Disponível em: <https://nypost.com/2020/01/05/iran-attacks-group-claiming-to-represent-tehran-hacks-obscure-federal-website/>.

BERGER, J. M. How ISIS Games Twitter: The militant group that conquered northern Iraq is deploying a sophisticated social-media strategy.. 2014. **The Atlantic, Global.** Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/06/isis-iraq-twitter-social-media-strategy/372856/>.



BERGMAN, M.K. White paper: the deep we surfacing hidden value.?Journal of Eletronic Publishing, ?v.7, n.1, 2001. Available from: <<http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0007.104>>.

???

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil..? **Marco Civil da Internet**. Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm).

CIANCAGLINI, V. et al.?Deepweb and Cybercrime: ?It's not all about TOR. 2013. **A Trend Micro Research Paper**. Disponível em: <<https://www.trendmicro.ae/media/wp/deepweb-and-cybercrime-whitepaper-en.pdf>>.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DEEP Web e Dark Web. Direção de Estudio 42. Intérpretes: Átila Iamarino. Roteiro: Átila Iamarino e Paulo Silveira. 2016. (6 min.), Youtube, son., color. Disponível em: <https://youtu.be/yeLjR6XekGc>.

DELLA VALLE, J. **Lei Carolina Dieckmann entra em vigor nesta terça-feira**: a partir de hoje, invasão de computadores e outros dispositivos eletrônicos pode render pena de até dois anos de reclusão e multa. : A partir de hoje, invasão de computadores e outros dispositivos eletrônicos pode render pena de até dois anos de reclusão e multa.? **Veja**.?[s.l.], 02 abr. 2013. Tecnologia, p. 1-1. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/lei-carolina-dieckmann-entra-em-vigor-nesta-terca-feira/>.

EICHENSEHR, K. **The Cyber-Law of Nations** (January 8, 2014). 103 Geo. L.J. 317 (2015).. Disponível em SSRN: ?<https://ssrn.com/abstract=2447683>

## PERIÓDICOS

ELIEZER, C. R.; GARCIA, T. de P. **O novo crime de invasão de dispositivo informático**.?Curso Direito Unifor, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-87, 23 maio 2014. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/cursodireitouniformg/article/view/242>.

5307	Lei Geral De Proteção De Dados Pessoais	60
------	---	----

## APRESENTAÇÃO

A evolução da proteção de dados pessoais no direito brasileiro. Fundamentos legais. Princípios gerais da proteção de dados pessoais. O objeto e o alcance da Lei Nº 13.709/2018. Requisitos do tratamento de dados e seus agentes. Tratamento de dados sensíveis. Tratamento de dados pelo Poder Público. Transferência internacional de dados pessoais. A obrigatoriedade de consentimento. Direito de acesso. Anonimização, bloqueio e eliminação de dados. Segurança e sigilo. A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Fiscalização. Boas práticas e governança. Sanções administrativas.

## OBJETIVO GERAL

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, sancionada em 2018 e vigente a partir de agosto de 2020, representa um enorme avanço legislativo para a proteção e privacidade de dados pessoais no Brasil, uma vez que regulamenta os procedimentos de tratamento e os direitos dos titulares dos dados. Desse modo, o conteúdo em tela busca elucidar os principais aspectos da legislação, retratando seus conceitos, fundamentos e aplicabilidade prática nas várias transações do mercado digital.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Compreender a legislação atinente à proteção dos dados pessoais no contexto histórico.
- Identificar os fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- Conceituar os princípios que regem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- Discernir sobre o raio de aplicação e o objeto da LGPD.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **UNIDADE I – NOÇÕES PRELIMINARES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

A evolução da proteção de dados pessoais no direito brasileiro

Fundamentos legais da LGPD

Princípios gerais da proteção de dados pessoais

O objeto e o alcance da Lei Nº 13.709/2018

### **UNIDADE II – TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**

Requisitos do tratamento de dados e seus agentes

Tratamento de dados sensíveis

Tratamento de dados pelo Poder Público

Transferência internacional de dados pessoais

### **UNIDADE III – OS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS**

A obrigatoriedade de consentimento

Direito de acesso

Anonimização, bloqueio e eliminação de dados

Segurança e sigilo

### **UNIDADE IV – RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO**

A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Fiscalização

Boas práticas e governança

Sanções administrativas

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. 2. ed. rev. atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BLUM, Renato Opice. LÓPEZ, Nuria. Lei Geral de Proteção de Dados no setor público: transparência e fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Cadernos Jurídicos, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 171-178, jan./mar. 2020.

BORELLI, Alessandra. O tratamento de dados de crianças e adolescentes no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira. Cadernos Jurídicos, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 179-190, jan./mar. 2020;

DERBLI, Ludimila Santos. O transplante jurídico do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia ("GDPR") para o Direito brasileiro. Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 12, n. 30, p. 181-193, set./dez. 2019;

NASCIMENTO, Juliana Oliveira. Proteção de dados: integridade, governança e riscos em segurança e privacidade no Brasil. Governança Pública, Curitiba, p. 09-10, maio/jul. 2019;

RIHL, Rubens. A Autoridade nacional de proteção de dados: evolução legislativa, composição e atuação. Cadernos Jurídicos, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 117-128, jan./mar. 2020;

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

TASSO, Fernando Antonio. A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados e sua interface com o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor. Cadernos Jurídicos, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 97-115, jan./mar. 2020.

## PERIÓDICOS

MELO, Milena Barbosa. Lei geral de proteção de dados. Recife: Telesapiens, 2021

4973	Direito Tributário	60
------	--------------------	----

## APRESENTAÇÃO

Normas gerais do direito tributário, código tributário nacional, competência tributária. Receitas públicas e tributos, ilícito tributário. Contencioso administrativo tributário.

## OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a entender e aplicar o direito tributário nas organizações.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender e aplicar os fundamentos do direito tributário, aspectos legais de ordem econômica e financeira.
- Definir tributos e a administração tributária.
- Conhecer e interpretar os princípios de ilícito e punibilidade na esfera tributária.
- Explicar o contencioso tributário, administrativo e judicial tributário e interpretar princípios jurídicos do direito processual tributário.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR

LIMITAÇÕES, PODERES E ATRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

## **UNIDADE II – TRIBUTOS E A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

TRIBUTOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

IMPOSTOS E TAXAS

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

OBRIGAÇÃO, CRÉDITO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

## **UNIDADE III – ILÍCITO E PUNIBILIDADE NA ESFERA TRIBUTÁRIA**

PUNIBILIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO

INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS

ILÍCITO PENAL FISCAL: CONCEITO E ESPÉCIES

SANÇÕES

## **UNIDADE IV – AÇÕES JUDICIAIS NA ESFERA TRIBUTÁRIA**

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

CONTENCIOSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

## **REFERÊNCIA BÁSICA**

ALEXANDRE, R. **Direito Tributário Esquemático**, 4ª Ed. Editora: Método, Ano: 2010.

ALEXANDRE, R. **Direito tributário** - 11. ed. Rev. atual. e amp1. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2017.

AMADO, A. N. S., **Ilícito Tributário: Conceito e espécies**. Jus Navigandi. Publicado em 09/2014. Acesso em: <https://jus.com.br/artigos/32356>.

AMARO, L. **Direito Tributário**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ATALIBA, G. **Apontamentos de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Tributário**, São Paulo: RT, 1969.

?BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Consulta. Orçamento. Glossário. Exercício Financeiro**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/exercicio-financeiro>>

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de Março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos Estados, dos Municípios, e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 04 de Maio de 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>

BRASIL. **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Institui o Código Tributário Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm)>

CARNELUTTI, F. **Sistema de Direito Processual Civil**, tradução de Hiltomar Martins Oliveira, São Paulo: Classicbook, 2000, v. 1.

CARVALHO, P. B. **Curso de Direito Tributário**. 14ª ed. Ver. São Paulo: Saraiva. 2011.

CASSONE, V. **Direito tributário**. - 28. ed. – São Paulo : Atlas, 2018.

DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, 3. ed., São Paulo: Malheiros, 2003, v. 1;

HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. – 27. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

MACHADO, H. B. **Processo tributário** /. – 10. ed. rev e atual. – São Paulo : Atlas, 2018;

MARTINS, I. G. da S. **Limites constitucionais às contribuições no domínio econômico**. Artigo publicado no site?www.haradaadvogados.com.br>

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 20ª edição atualizada. Malheiros: São Paulo, 1990;

NOVAIS, R. **Direito tributário facilitado**. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

## REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PONTES DE MIRANDA, **Comentários ao Código de Processo Civil**, 5. ed., atualizada por Sérgio Bermudes, Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 78; Comentários à Constituição de 1967, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967;

SABBAG, E. **Direito tributário essencial**. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Supremo Tribunal Federal – Segunda Turma. **Recurso Extraordinário 137689 PE**. Relator: Min. Néri da Silveira. Data de Julgamento 20/09/1994. Vol. 01791-04 PP-00825. Diário Oficial da Justiça 16/06/1995.

Supremo Tribunal Federal – Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário Nº. 138284-8 CE**. Rel. Min. Carlos Velloso. Data de Julgamento 01/07/1992.

## PERIÓDICOS

TRF5 – Quarta Turma. **APELAÇÃO CÍVEL: AC 468268 CE 0012473-79.2006.4.05.8100**. Relator Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho. Data de Publicação: DJe 29/01/2010, p. 630. Disponível em: <<https://www4.trf5.jus.br/Jurisprudencia/JurisServlet?op=exibir&tipo=1>>

VILANOVA, L. **Causalidade e Relação no Direito**. 4ª ed. Ver, atual. E ampl. São Paulo. Revista dos tribunais. Publicação 2000.

4847	Pensamento Científico	60
------	-----------------------	----

## APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

## OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

## OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO

A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

### UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO

A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO

RESUMO

FICHAMENTO

RESENHA

### UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA

COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?

COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?

QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?

COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

### UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT

TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO

NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

### REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

### PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

## **SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

Busca por meio desse exercício beneficiar a experiência e promover o desenvolvimento, no campo profissional, dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso, bem como, favorecer por meio de diversos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural dos acadêmicos, futuros profissionais.